

---

# REVISTA DE GEOGRAFIA

Programa de pós-graduação em geografia da UFPE  
www.ufpe.br/revistageografia

---

## O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RONDÔNIA: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ESPACIAIS

Cláudia Pinheiro Nascimento<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Geografia. claudomau@gmail.com.

Artigo recebido em 18/06/2010 e aceito em 23/11/2010

---

### RESUMO

A região amazônica se apresenta ao longo de sua história de formação territorial e humana, sempre atrelada a interesses externos a população que a compõe, fator associado a sua diversidade natural sempre muito requisitada. Sendo assim a análise do processo de urbanização da Amazônia precisa estar associado às políticas que viabilizaram a ocupação nessa região, políticas estas envolvidas por uma ideologia que facilitou o processo. A formação espacial de Rondônia está incluída dentro do pacote de metas e políticas governamentais que visavam à exploração e o desenvolvimento da Amazônia como um todo, porém, o processo de colonização de Rondônia se constituiu como uma particularidade, pois se caracterizou por ser de natureza totalmente oficial. Dentro desse contexto este artigo visa analisar as políticas responsáveis pelo ordenamento territorial de Rondônia e suas espacialidades construídas, que trouxeram a região problemas ainda muito presentes, e que continuam a se repetir.

**Palavras-chave:** Amazônia, Rondônia, urbanização, transformações sociais e espaciais.

### ABSTRACT

The Amazon region presents itself throughout its history of territorial formation and human, always tied to external interests that compose the population, a factor associated with its natural diversity always required. Thus the analysis of urbanization in the Amazon must be linked to policies that enabled the occupation in that region, those involved in a political ideology that facilitated the process. The formation of Rondonia space is included within the package of goals and government policies aimed at the exploration and development of the Amazon as a whole, however, the process of colonization of Rondonia was constituted as a special feature, because it was characterized as being of an entirely official. Within this context this paper aims to analyze the policies responsible for the planning of Rondonia and built their spatiality, which brought the region still present problems, and continue to repeat itself.

**Keywords:** Amazonia, Rondônia, Urbanization, Social and Spatial Transformations.

## INTRODUÇÃO

### *Discussões sobre o urbano brasileiro e a urbanização*

O intenso processo de urbanização é uma das principais questões sociais vividas no país durante o século XXI. Os números demonstram que de 1960 á 1980 a população urbana duplicou de tamanho.

“Enquanto em 1960, a população urbana representava 44,7% da população total - contra 55,3% da população rural - dez anos depois essa relação se inverteu, com números quase idênticos: 55,9% de população urbana e 44,1% de população rural. No ano 2000, 81,2% da população brasileira vivia em cidades.” (ESTATUTO DA CIDADE, 2001:10)

Essa transformação, já imensa em números relativos, torna-se ainda mais assombrosa se pensarmos nos números absolutos, que revelam também o crescimento populacional do país como um todo: nos 36 anos entre 1960 e 1996, a população urbana aumenta de 31 milhões para 137 milhões, ou seja, as cidades recebem 106 milhões de novos moradores no período. Entre 1970 e 1980 a população urbana no Brasil, passou de 37,7% para 51,8% a população total (BECKER, 1998:55).

Segundo Lefebvre (1968), a “problemática urbana” tem como ponto de partida o processo de urbanização, que teve seu início a partir da industrialização. Essa foi o indutor da urbanização e induziu vários outros problemas como os relativos a crescimento, a planificação e ao desenvolvimento da realidade.

Harvey apud Becker (1978), define cidades como construções geradas pela mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significantes do produto excedente socialmente designado. Assim a sociedade urbana definida por Lefebvre (1968) “como realidade social que nasce a nossa volta”, é fruto do processo de industrialização quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial.

O processo de urbanização há um século e meio é o motor das transformações na sociedade, porque trouxe mudanças nos processos sociais que levou a transformações nas formas espaciais. Um dos determinantes dessa nova estrutura urbana é a troca do valor de uso pelo valor de troca, ou seja as mercadorias passam a ter um novo valor o que permite a acumulação, ou seja o excedente, precursor da cidade

As condições para a implantação da cidade industrial estão postas, e segundo Lefebvre (2004), é fase de explosão onde ocorre a concentração urbano, o êxodo rural, a extensão do tecido

urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano. Mas então como explicar a urbanização na Amazônia antes de uma produção agrícola e industrial efetiva.

O sistema urbano brasileiro se caracteriza, necessariamente pela complexidade de estruturas espaciais produzidas em diferentes fases históricas do país. O desenvolvimento capitalista industrial no Brasil foi o precursor das transformações que se operaram no modelo espacial.

As transformações do espaço são de fundamental importância no estudo do urbano, em função das relações responsáveis por suas modificações, assim a manifestação do comportamento no espaço pode ser utilizado para o entendimento do comportamento espacial uma vez que as atividades influenciam nas formas espaciais.

‘...do espaço, e é basicamente dele que se deve formular uma concepção correta quando se deseja compreender o fenômeno urbano e a sociedade em geral...’ (HARVEY, 1980:12)

“...é o comportamento manifesto no espaço que nos fornece as pistas necessárias para entendermos o significado espacial.”(HARVEY, 1980:22)

Segundo Davidovich (1989), o processo capitalista de valorização do espaço traz transformações territoriais onde ocorrem construções e desconstruções. A urbanização da Amazônia encaixa-se no momento de reestruturação da II guerra mundial, quando o desenvolvimento da industrialização implicou no esgotamento do formato urbano anterior.

No Brasil durante o período de industrialização entre 1930 e 1960 todos os esforços visavam a empresa industrial, sendo o setor agrícola de fundamental importância para a manutenção do sistema, uma vez que era fonte de mão de obra barata e alimentos para os trabalhadores urbanos, o que permitia a acumulação na empresa industrial.

A manutenção do crescimento urbano foi permitida pelo excedente agrícola produzido que tornou-se viável segundo Bertha Becker (1978:112), através de uma continua expansão horizontal de ocupação do território, sob uma forma de acumulação primitiva estrutural, em que se apropria o excedente criado pela posse transitória da terra por trabalhadores rurais.

Assim a urbanização está associada a expansão da fronteira agrícola sendo a colonização de novas áreas não somente uma questão de acumulação primitiva, incentivadas por isenção de incentivos fiscais e financiamentos especiais mas a possibilidade de produzir excedente através das suas mais variadas formas.

## **O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA**

A Amazônia consistia na única forma de acumulação rápida de capital através da incorporação econômica acelerada da última fronteira brasileira.

Neste período os centros industriais são absorvidos por empresas multinacionais que mantiveram suas altas taxas de lucro devido a um conjunto de benefícios e incentivos subsidiados oficialmente.

Segundo Becker (1978), a Amazônia como foco, possuía 50% de isenção no imposto de renda para investimento na região desde 1969.

As formas de reprodução do excedente segundo Becker (1978:112), podia acontecer:

- Devido a incentivos fiscais e financiamentos;
- Pela apropriação de terras uma vez que sofriam uma fantástica elevação de preços;
- Pela possibilidade de exportar da região e para a região.

O processo de ocupação da Amazônia se intensificou segundo Becker (1978), com a formação do moderno aparelho do Estado, associado à sua crescente intervenção na economia e no território com base na predominância da visão externa e privilegiando as relações com o centro de poder.

Para que a Amazônia fosse o local de expansão da fronteira agrícola para a manutenção do processo de industrialização era necessário ligar a Amazônia ao centro do País. Sendo assim rodovias foram construídas ou pavimentadas e a migração foi estimulada.

O revigoramento das rodovias traz a troca da velha estrutura vinculada a circulação fluvial pelos novos núcleos urbanos, que surgiam ao longo das rodovias trazidos pela colonização oficial ou espontânea.

O povoamento regional da Amazônia, nas últimas 3 décadas alterou estruturalmente o antigo padrão secular, fundamentado na circulação fluvial. As rodovias atraíram a população para a terra firme e para as novas áreas, abrindo clareiras na floresta, e sob o influxo da nova circulação a Amazônia se urbanizou e se industrializou, embora com sérios problemas sociais e ambientais (BECKER, 2004:73)

Entre 1920 e 1930, tiveram início as frentes pioneiras espontâneas oriundas do Nordeste que se intensificaram em 1950 e 1960, devido as primeiras medidas do Estado para o povoamento da Amazônia, a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA e a abertura da rodovia Belém-Brasília.

A ocupação da região teve como suporte várias estratégias, as instituições foram modernizadas, o banco da borracha é transformado em Banco da Amazônia - BASA em 1966, a SPVE é transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e em 1960 foi criada a Zona Franca de Manaus.

A partir dos anos 70, a ocupação da Amazônia tornou-se prioridade nacional e o governo federal passou a viabilizar e subsidiar a ocupação de terras para a expansão pioneira. As políticas de ocupação procuraram combinar os empreendimentos de exploração econômica com estratégias geopolíticas (COSTA, 1997).

Assim segundo Bertha Becker (1998), a urbanização da Amazônia foi uma estratégia básica do estado para a ocupação da região.

A mobilização do excedente causa mudanças no urbanismo que acontece e cresce de formas diferentes indo desde a metropolização até o surgimento de pequenos povoados.

Segundo Lefebvre (2004), todos os lugares onde a história aparece, a cidade acompanhou e seguiu de perto a aldeia, essa afirmação encaixa-se muito bem no caso da Amazônia.

As manifestações urbanísticas presentes na Amazônia no início da expansão da fronteira agrícola são denominados, segundo Becker (1978), como povoados, “núcleos populacionais especialmente compactados, que possuem caráter rural-urbano.”

Esses povoados não possuem a complexidade e os critérios para se enquadrarem nas teorias contemporâneas, mas estão vinculados ao padrão global do produto excedente. Essas incipientes manifestações de urbanismo são os responsáveis por mobilizar o excedente a favor dos grandes centros do centro-sul do país.

Os núcleos urbanos na Amazônia além do seu papel clássico de circular mercadoria, capital, informação tem a condição de organizar o mercado de trabalho, com pontos de concentração e redistribuição da força de trabalho.

São residências e mercado de trabalho alternativo para os trabalhadores agrícolas assalariados; também são residências de pequenos produtores, em sua maioria proletários, atraídos pela presença da escola, por oportunidades de emprego e expectativa de acumulação; é ainda neles neles que residem temporariamente os migrantes que chegam, antes de redistribuírem em ocupações diversas (BECKER, 1998.)

Quanto menor os núcleos mais atrelados estão a concentração de mão de obra para a abertura de matas, garimpos, trabalhos temporários e tendem a desaparecer com as frentes de trabalho.

A Amazônia se urbanizou e se industrializou, embora tenha trazido consigo sérios problemas sociais e ambientais, as formas espaciais que foram surgindo na Amazônia, foram reflexo de processos sociais necessários ao desenvolvimento de outras regiões brasileiras.

Assim a interação forma espacial/processo social não seguiu os padrões e necessidades da população Amazônica, as espacialidade construídas adquiriram o perfil ou as características dos interesses das indústrias e multinacionais implantadas no centro-sul.

A Amazônia tornou-se uma floresta urbanizada, com 61% da população em 1996 vivendo em núcleos urbanos, apresentando ritmo de crescimento superior ao das demais regiões do país a partir de 1970, e uma desconcentração urbana, na medida em que cresceu a população não mais apenas nas capitais estaduais, mas nas cidades de menos de 100.000 habitantes. É verdade que as cidades se tornaram um dos maiores problemas ambientais da Amazônia, dadas a velocidade de imigração e carência de serviços. Mas também importante mercado regional. (BECKER, 1998:26).

## **A URBANIZAÇÃO EM RONDÔNIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ESPACIAIS**

A urbanização de Rondônia assim como a que ocorreu em outras regiões da Amazônia ocidental ocorreu, sobretudo, em função dos mecanismos internos de desenvolvimento do país, que necessitavam de regiões que pudessem fornecer subsídios para o desenvolvimento de outras regiões brasileiras, e no caso da Amazônia fornecer além de matéria prima, terras para a solução de problemas fundiários existentes no Brasil.

Os povos indígenas foram os únicos ocupantes por milhares de anos da região do atual estado de Rondônia, até a chegada dos primeiros europeus no século XVI.

Os núcleos de povoamento no período colonial no rio Madeira, tiveram seu início com o estabelecimento das missões religiosas jesuíticas no séc. XVI, que tinham como intuito catequizar e pacificar os indígenas, além do interesse em desenvolver as atividades econômicas, visto a riqueza que a região apresentava como as drogas do sertão, sobretudo, o cacau.

A região permaneceu por um longo tempo considerado como um vazio demográfico devido aos ataques dos índios, a insalubridade e as dificuldades de navegação.

Empreendimentos como a construção da estrada de Ferro Madeira Mamoré (1872-1912), a instalação dos postos telegráficos ao longo do Estado (1905-1915) e a abertura da rodovia BR-364 (1961) contribuíram para a ocupação da região.

A rede urbana do estado formou-se basicamente, pelos núcleos demográficos ao longo da BR 364, destacando-se a capital Porto Velho e as cidades do centro-sul do estado, em função de certo dinamismo.

Segundo Carlos Santos (2001:93) essa estrutura urbana, autêntica espinha dorsal, comanda toda a malha de núcleos urbanos do estado a partir de Porto Velho. Havia, de início, apenas os núcleos tradicionais ao norte e noroeste do estado, respectivamente Porto Velho e Guajará Mirim, oriundos da Madeira-Mamoré. Em seguida surgiram os núcleos pioneiros ao longo da BR 364, em torno dos antigos postos telegráficos (Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Vilhena) e/ou por conta dos projetos de colonização (Ouro Preto d'Oeste). Por último, as cidades que surgem nas novas áreas de assentamento ao longo dos eixos secundários da expansão colonizatória (por exemplo, Rolim de Moura).

A urbanização do território rondoniano, onde 62% da população do estado reside em cidades e 75% nas dez maiores cidades, acompanha a tendência geral de urbanização da fronteira de povoamento amazônica (Machado, 1990;1995 apud Carlos Santos, 2001). Embora muitos núcleos pioneiros urbanos apresentem significativa flutuação populacional (não captada pelos dados censitários) devido à instabilidade dos fluxos migratórios, ainda assim a estrutura urbana constitui a base-padrão do povoamento do território (SANTOS, 2001:94)

O ponto inicial de atração de imigrantes foi o extrativismo do látex que ocorreu entre 1850 e 1920, fato que coincidiu com a construção da estrada de ferro (1872 – 1912), que ligava a localidade de Santo Antônio do Madeira (Porto Velho atual) ao rio Mamoré e atraiu cerca de 22.000 migrantes.

O declínio da extração da borracha que estava associada à exploração pelos ingleses na Malásia e o final da construção da ferrovia marcaram Porto Velho com o desemprego.

A construção da linha telegráfica entre Cuiabá (MT) e Porto Velho (RO) cortando o norte do Mato Grosso entre 1907 e 1915, comandada por Cândido Mariano da Silva Rondon foi responsável pela vinda de uma grande quantidade de migrantes, sobretudo do sul do país.

Contudo, a estrada de ferro e o telégrafo caíram em desuso logo após a construção, em função da decadência do ciclo econômico da borracha e pela utilização da radiodifusão para a comunicação com localidades distantes.

A ocupação do que viria a ser Rondônia, nessa época, acontecia de modo precário. O padrão de ocupação seguia linearmente a ferrovia Madeira-

Mamoré e as picadas, mas, principalmente, margeava o curso de rios, a chamada *ocupação beiradeira*. A grosso modo, pode-se identificar três eixos de penetração nas futuras terras rodonianas: o vale Mamoré-Guaporé, junto com a ferrovia de mesmo nome; o Madeira, conectado ao Amazonas; e a trilha da Comissão Rondon, verdadeira espinhal dorsal, protótipo da BR 29 que se transformou na atual BR 364. Desse modo, a população espalhava-se de forma rarefeita, com relativo adensamento nos trechos entre Humaitá e Abunã, ao longo do Madeira; entre Calama e Tabajara, no Ji-Paraná; e no Jamari, entre a foz e Ariquemes (SANTOS, 2001:61).

O crescimento da importância que a borracha nativa passa a obter no comércio internacional, a partir de 1840 com a II guerra mundial, em função da necessidade de fornecer borracha para as forças aliadas, já que a produção asiática encontrava-se sobre o controle do eixo, traz uma nova configuração espacial para o estado de Rondônia, em função da onda de migrantes advindos em função deste fenômeno.

Muitas pessoas foram atraídas para a região, era necessário uma grande quantidade de mão de obra para a extração da borracha, e a maioria dos migrantes vinham, sobretudo do nordeste.

No ano de 1950, segundo dados do IBGE, a população de Rondônia era de 36.935 pessoas, sendo que 37,4% representavam a população urbana enquanto 66,6% representavam a população rural, uma vez que nessa época somente existiam dois centros urbanos: Porto Velho e Guajará Mirim. Já em 1960 segundo os dados do IBGE, a população de Rondônia era de 70.232 pessoas, sendo que 30.626 pessoas ou seja 44% representam a zona urbana, e que 39.606 pessoas ou seja 56% representando a zona rural.

Apesar de haver uma redução de 10% na taxa de pessoas residentes na zona rural, entre as décadas de 50 e 60, como os garimpos de cassiterita encontravam-se no ápice de sua exploração, a maioria da população residia nos garimpos que se localizavam na zona rural.

Durante todo esse período a predominância da população era masculina, em 1950 os homens representavam 57% da população enquanto que em 1960 perfaziam 55% da população.

Esses dados vêm reforçar a influência do garimpo e da extração do látex sobre a migração, uma vez que se constituíam atividades, sobretudo, masculinas.

Durante a década de 60, a colonização foi marcada por nordestinos que fugiam da seca e da falta de terras existentes naquela região, a produção estava voltada para a agricultura de subsistência e o processo de desmatamento entrava na sua fase inicial. Apesar de não representar grande expressão, acontecia de modo destruidor e acelerado.

A queda do preço da borracha no mercado internacional, a troca do extrativismo vegetal pelo mineral que ocorreu em função da exploração cassiterita e a valorização da atividade pecuária, a partir de meados da década de 60, levou ao abandono de muitos seringais.

Segundo Santos (2007), apesar das mudanças, a cultura extrativista foi a responsável pelo modelamento da estrutura espacial de Rondônia, acompanhado pela consolidação de uma incipiente forma urbana, advinda da ferrovia que ligava Porto Velho a Guajará Mirim e dos postos telegráficos.

A década de 70 trouxe grandes transformações para o estado de Rondônia, a ascensão do governo militar associada a necessidade de resolver problemas políticos/econômicos e geopolíticos trouxe como solução a distribuição de terras dirigida pelo Estado.

Dentro deste contexto incorpora-se novas terras com o intuito de proteção das fronteiras, para a produção de alimentos para abastecer o mercado interno, além de tentar reduzir as tensões sociais em áreas saturadas e diminuir a pressão sobre o mercado de trabalho urbano.

Todas essas políticas começaram a ser implantadas durante o regime militar e estavam regadas pelas idéias da Escola Superior de Guerra (ESG), onde existia a crença de uma política de integração da segurança nacional sob a tutela de um Governo Federal forte.

A política de Colonização Dirigida foi concebida sob o marco que a elite militar responsável pelo Golpe de 1964 estabeleceu. Como antigos estudantes da escola Superior de Guerra (ESG), eles acreditavam numa política de integração da segurança nacional e do desenvolvimento sob a tutela de um Governo Federal forte. Esta crença levada à prática resultou na participação do Governo mais hipertrófica já registrada na história brasileira. (HENRIQUES, 1984:396).

A seca na região nordeste no ano de 1969/70 acelerou a intervenção do governo federal para viabilizar as políticas de colonização para a região Amazônica. A população rural constituía-se como um problema pela sua volatilidade, eram migrantes em potencial e os centros urbanos já apresentavam sinais de inchaço e demandas por saúde, habitação e serviços públicos.

Logo após a visita do Presidente Médici às áreas afetadas pela seca em março de 1970, foi anunciada a construção da Transamazônica, a pavimentação da Belém-Brasília e a construção de outras estradas ligando a Amazônia e o centro-oeste. (HENRIQUES, 1984:398).

Levando em consideração todos os fatores levantados, fica difícil acreditar que a política implantada pelo governo militar tinha como interesse principal responder ao desemprego gerado pela crise nordestina de 1970, mas pelas características apresentadas demonstra com muito mais clareza as políticas do Estado autoritário, que tinha como interesse fazer frente aos interesses internacionais na Amazônia.

Essas políticas representaram por outro lado, uma forma de aliviar as tensões sociais no campo, sem que necessariamente se realizasse uma reforma agrária. A partir da década de 70, o governo federal iniciou uma forte campanha sobre a disponibilidade de terras em Rondônia, sob a famosa propaganda “deixe-nos unir os homens sem terras com as terras sem homens”.

A maior concentração ocorreu ao longo da BR 364, mas à medida que as terras próximas à estrada foram ocupadas, o movimento foi se interiorizando, causando problemas junto às populações indígenas.

Dentro dos processos de colonização implantados na Amazônia, Rondônia se constituiu com uma particularidade, pois seu processo de colonização foi de natureza totalmente oficial. Os modos de conceber as terras em Rondônia foram a grande empresa capitalista e o campesinato.

Diversas foram as políticas implantadas pelo governo militar com o intuito de dar manutenção às práticas que estavam sendo tomadas, a criação do POLOAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) em 1974, envolvia o Ministério do Interior da Agricultura e dos Transportes, e tinha por finalidade concentrar recursos em áreas selecionadas, visando estimular a migração, a intensificação da pecuária, e, também a melhoria da infra-estrutura urbana. (BECKER, 1998).

A criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) também fazia parte deste pacote de mudanças previstas para a década de 70, e tinha como função organizar a distribuição de terras em Rondônia, além de ordenar os aparatos necessários para o aproveitamento da terra. O INCRA foi o órgão responsável pela distribuição e implantação das diversas etapas de acesso a terra em Rondônia, visto que quase 93% das terras existentes na região pertenciam a União.

Os projetos de colonização situavam-se na grande maioria ao longo da BR 364, entre 1970/76, o INCRA implantou 5 PIC (Projetos Integrados de Colonização) e 2 PAD (Projeto de Assentamento dirigido).

Segundo Santos 2001, o tamanho dos lotes variava para cada modalidade de projeto, nos PIC a área de cada lote era de 100 ha., padrão instituído para a produção agrícola familiar, enquanto os PAD eram de 250, 500, 1000 ha., portanto destinados à monocultura como o cacau.

Como os PIC estavam voltados para a produção agrícola familiar, o INCRA proporcionava toda uma gama de infra-estrutura desde o acesso a terra, implantação de escolas, postos de saúde, estradas vicinais, armazéns para a produção. Já os PAD, deveriam funcionar conforme o perfil dos pretendentes, como a iniciativa privada determinasse.

Segundo os dados do IBGE, a população do Território Federal de Rondônia na década de 70 era de 111.483 pessoas, ou seja, houve um acréscimo de 37% na população entre as décadas de 60 e 70, em função das políticas que incentivaram a vinda de migrantes, todos iludidos na esperança de terras baratas.

A população urbana era composta de 59.069 pessoas, correspondendo a 53% da população e a população rural era composta de 52.412 pessoas, correspondendo a 47% da população. Os homens continuavam a predominar sobre a população feminina, correspondendo a 53% da população.<sup>1</sup>

A quantidade de famílias atraídas pela propaganda de terras disponíveis foi tão grande que em 1980, o INCRA se viu obrigado a implantar um novo tipo de assentamento denominado Projeto de Assentamento Rápido (PAR), que pretendia assentar famílias que viviam em regimes de parceria ou assalariados em lotes já ocupados, ou em áreas urbanas próximo aos projetos.

Até a década de 70, os migrantes constituíam-se na sua grande maioria de nordestinos, a partir da década de 80, ocorreu um substancial aumento de migrantes da região sul e sudeste que até então constituíam parcelas inexpressivas. Os migrantes oriundos da região centro-oeste também apresentaram um aumento significativo.

Tomando-se a região amazônica como um todo, observa-se ainda que as modificações havidas na estrutura migratória para a região vão se refletir em Rondônia. Ou seja, os nordestinos, que em 1970 participavam com 22,7% do total dos movimentos migratórios e 74,5% dos migrantes inter-regionais, diminuem a sua participação relativa nos referidos totais para 19,5% e 37,0% respectivamente, apesar do acréscimo absoluto de 232.892 indivíduos, representando uma variação relativa de 156,7% no último período censitário (1980) (...) Ao mesmo tempo, observa-se um substancial aumento de migrantes procedentes das Regiões Sul e Sudeste que, constituindo até 1970 parcelas inexpressivas de 3,6% e 11,5% daqueles totais acima mencionados, porém, na década seguinte atingem índices de 21,3% e 38,6% daqueles totais. Nesse mesmo período foi também notável o montante de migrantes oriundos da Região Centro-Oeste que atingiu

---

<sup>1</sup> Todos os dados estatísticos utilizados no texto tem como base os censos do IBGE.

154083 pessoas e uma variação relativa de 551,7% (GEOGRAFIA DO BRASIL, 1989 apud SANTOS 2007:77).

Foi no início da década de 80, que os problemas passaram a aparecer no cenário nacional. A ideologia do vazio demográfico havia dado abertura para a noção de propriedade privada, desconhecida dos povos da floresta (índios e seringueiros) e a descoberta da fragilidade da terra, agora nua sem cobertura vegetal, demonstra sua incompatibilidade frente ao trabalho nela realizado. A queimada e o desmate fazem parte das etapas da técnica tradicional de cultivo a terra.

A legislação induzia o desmatamento para alcançar o título da terra, além de incentivar práticas agrícolas insustentáveis como a pecuária de fachada que tinha como intuito obter incentivos fiscais e crédito subsidiado.

Além disso, não havia efetividade na aplicação da recente legislação de proteção florestal e os pequenos agricultores possuíam pouco apoio financeiro e técnico, o que os forçava a aplicar técnicas tradicionais que trazia prejuízos enormes para a área.

Para fazer frente a todos esses problemas foi criado em maio de 1987, pelo Decreto Federal nº 86029, o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil – POLONOROESTE.

O objetivo do POLONOROESTE era corrigir os problemas sócio ambientais gerados pela colonização da década de 70, e incluía medidas como a pavimentação da BR 364 a partir de Cuiabá até Porto Velho, a construção de estradas vicinais, assim como a preservação de comunidades indígenas e extrativistas.

Por fim, buscava-se promover a preservação do sistema ecológico e a proteção das comunidades florestais.

Segundo Santos 2001, o Banco Mundial destina para o período entre 1980 a 1985 um montante de aproximadamente 1 bilhão e 100 milhões de dólares.

Devido à fragilidade do desempenho do POLONOROESTE, em 1984 o programa sofre uma reformulação, com o intuito de arrumar as inconsistências entre o que havia sido estabelecido no plano e o que foi efetivamente implantado. Esse foi o período de consolidação das políticas de colonização.

Próximos aos núcleos de colonização se formaram pequenas cidades de maneira espontânea, que tinham como função comercializar produtos agrícolas e prestar serviços para a população rural.

A falta de terras para comportar todas as famílias que se deslocaram para a região, na ilusão de adquirir sua terra, fez com que grande parte dessa população engrossasse os centros urbanos, neste período a população urbana segundo os dados do IBGE, corresponde a 58% da população

total, ou seja, 659.327 pessoas das 1.132.692 que moravam no Estado se encontravam na zona urbana.

Neste período a população alcançou o número de 491.069 pessoas, um aumento de 77% da população entre as décadas de 70 e 80, porém nesse período a população rural predominou sobre urbana com 262.530 pessoas ou seja com 53% da população.

Houve nesse período uma inversão na origem dos migrantes, a década de 70 foi marcada pela massiva migração nordestina, a década de 80 os migrantes passaram a vir de outras regiões do país principalmente sul, sudeste e centro-oeste.

O destaque no grupo sulista é, absoluto, para os domiciliados no Paraná. Estes, em 1980, constituíam 96,09% do montante saído do sul. Em 1991 esse realce ainda é muito, grande pois 86,26% dos sulistas migrados para Rondônia tinham vindo do Paraná. Contudo, o montante mais expressivo dos migrantes regionais, que durante os anos oitenta escolheram Rondônia, é o sudeste (245.608); e, dentro deste volume, destaca-se o grupo vindo de Minas Gerais (44,8%), seguido pelos capixabas (30,8%) (SANTOS, 2007:78).

É durante a década de 90 que as taxas de desmatamento alcançam seus índices mais altos, em função de uma série de fatores envolvidos nesse período que se caracteriza, sobretudo pela exploração das terras distribuídas durante as duas primeiras fases da colonização induzida.

Os ciclos de extrativismo minero-vegetal pelo qual passou a economia do estado, não implicaram no surgimento de um setor de transformação de produtos primários.

O processo de colonização estimulou a construção civil, pois a migração trouxe consigo a necessidade de serviços públicos, o crescimento do mercado habitacional e o setor secundário abrangiam, sobretudo, o segmento madeireiro, a indústria moveleira e a mineração.

Na década de 90, a indústria de beneficiamento de madeira encontra-se em segundo lugar no ranking das atividades industriais em Rondônia. Essa atividade gera muita renda, empregos e tributos e envolve nomes fortes tanto dentro da política nacional quanto rondoniana, por isso foi e é tão defendida, mesmo trazendo impactos ao meio ambiente.

A extração do ouro no rio madeira e a mineração da cassiterita, na reserva de Bom futuro<sup>2</sup> em Ariquemes se constituiu em um importante lastro econômico. Entre os anos de 1959 e 1969, a produção de cassiterita ocorreu exclusivamente através do garimpo manual, a partir de 1970 com a proibição do garimpo manual a produção passou a ser exclusiva por empresas mineradoras.

---

<sup>2</sup> O garimpo de Bom Futuro localizado no município de Ariquemes é o maior garimpo de cassiterita a céu aberto do mundo.

Os impactos ambientais gerados pelas empresas mineradoras são significantes, no caso da extração da cassiterita, na reserva de Bom futuro, os problemas estão confinados nos seus 3500 ha., com áreas desmatadas, escavações, depósito de rejeitos e abertura de estradas.

A mineração de ouro em Rondônia, principalmente ao longo do rio madeira também foi foco de atração de migrantes para a região, que vinham na esperança de enriquecer. Como na atividade predominava a mão de obra masculina e o índice de mortos era muito alto, em função da insalubridade da atividade, grande parte das famílias de garimpeiros ficavam sem o chefe de família, e migravam para as cidades inchando ainda mais as periferias urbanas, sobretudo de Porto Velho.

A mineração foi um dos fatores que influenciaram a urbanização do Estado, pois deslocaram para a região uma grande quantidade de mão de obra.

Como forma de tentar conter os problemas gerados durante as duas primeiras fases da colonização em Rondônia, inicia-se uma política de ordenamento ambiental o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO<sup>3</sup>.

O Planafloco continha uma série de componentes que objetivavam mitigar os problemas causados por seu antecessor e incluía uma série de objetivos relacionados à proteção ambiental. Um pré-requisito para a aprovação do empréstimo por parte do Banco Mundial foi a criação do Zoneamento Agroecológico de Rondônia, que foi aprovado pela Assembléia Legislativa em junho de 1988. Além de dividir o estado em seis zonas diferentes, o Zoneamento foi desenvolvido com o objetivo de assegurar uma utilização controlada dos recursos naturais existentes em Rondônia (PEDLOWSKI et all, 1999).

Segundo Santos 2007, o PLANAFLORO é o marco inicial da terceira fase de colonização induzida em Rondônia, sendo a primeira e a segunda de cunho tecnocrata, implementadas sob os auspícios do Incra e do POLONOROESTE e a terceira em curso, tem a diretriz do zoneamento agroecológico oficial do Planafloco, que pretende envolver as comunidades alvo nas mais diferentes formas de organização da sociedade civil.

O financiamento do PLANAFLORO ocorreu em grande parte pelo Banco Mundial e Governo Federal, sendo que o Governo do Estado também apresentou participação.

---

<sup>3</sup> A implantação do programa, em linhas gerais, visava os seguintes objetivos: a) reformulação das agências locais; b) conservar a biodiversidade rondoniana; c) proteção aos limites das áreas de reserva indígena; d) desenvolvimento, de modo integrado, da colonização agrícola sustentada e dos sistemas de manejo florestal; e) prioritização de investimentos em infra-estrutura e serviços para melhorar os programas em áreas já ocupadas; e f) adequação da rede institucional local (Santos, 2001:113).

O maior problema encontrado pelo zoneamento foram os conflitos com a política de assentamento do INCRA, porque se sobrepôs a áreas que já estavam em processo de ocupação, ocasionando situações como: interdição de acesso ao crédito, confronto entre colonos e índios em decorrência da inclusão de áreas de assentamento em áreas indígenas e até mesmo a ocupação de áreas consideradas pelo zoneamento como ecologicamente imprópria para a agricultura.

A realidade das atividades desenvolvidas no Estado de Rondônia apresentam como reflexo as políticas implantadas na déc. de 70/80/90, o extrativismo de madeira apesar de restrito a algumas espécies, ainda ocorre em muitos municípios tanto pra consumo interno quanto para exportação. As maiores indústrias madeireiras ou de laminados, estão instaladas nas cidades de Ji-Paraná, Ariquemes, Buriti, Rolim de Moura, São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé e Alto Paraíso.

A pecuária é uma das atividades de maior concentração em Rondônia, segundo os dados do IBGE, o rebanho bovino do Estado passou de 20.000 em 1970, para 6.500.000 em 2000, chegando a 10.676.093 cabeças em 2004. Os municípios de Chupinguaia e Corumbiara possuem o maior rebanho bovino de corte e na microrregião de Ji-Paraná o maior rebanho leiteiro.

As terras utilizadas pela pecuária geralmente se localizavam ao longo da BR 364, estendendo para o interior, devido a incorporação de terras dos antigos assentamentos que por falta de infra-estrutura, acabaram por expulsar esses colonos para as áreas urbanas.

A concentração da pecuária no estado de Rondônia vem se desenvolvendo em imóveis de todos os tamanhos, mas com acentuada concentração nos pequenos e médios, pois se constitui uma forma rápida de capitalizar sem recorrer a empréstimos institucionais.

Hoje o foco do Estado encontra-se na construção das usinas do rio Madeira, que traz uma expectativa de grandes mudanças para a capital, Porto Velho onde se instalará um dos complexos. Uma grande onda migratória é esperada devido a esses empreendimentos.

A evolução do espaço Rondoniano esteve sempre atrelado a ciclos de desenvolvimento econômico, que tentavam na grande maioria das vezes atender interesses externos.

Inicialmente a atenção estava voltada para atender os interesses do mercado internacional, mas a partir da dec. de 70, a região foi o foco das políticas militares para corresponder a interesses nacionais.

Diversas foram às medidas tomadas para garantir com que fossem mantidas essas políticas de exploração e dominação, porém no decorrer da aplicação desses mecanismos pouca foi à preocupação com as especificidades locais, tanto em relação aos aspectos naturais quanto populacionais.

Essas políticas foram às responsáveis pelo ordenamento territorial de Rondônia, mas trouxeram problemas muito presentes ainda nos tempos atuais, pois trataram à região como homogênea, esquecendo das particularidades tanto nos aspectos referentes aos povos da floresta quanto às particularidades do solo, do clima e da vegetação regional.

Segundo Becker (1998) a urbanização em Rondônia seguiu o revigoramento e/ou consolidação de centros regionais e locais que constituíram a base de operações produtivas de frentes situadas ao longo da rodovia Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Porto Velho.

Em Rondônia, onde a rodovia BR-364 e a colonização dirigida revigoraram lugarejos antigos - criados em torno de postos telegráficos implantados no começo do século pela missão do Marechal Rondon, como Vilhena, Ji-Paraná, Ariquemes e a própria Porto Velho - e permitiram a construção de novos núcleos de migrantes - como Ouro Preto, Presidente Médici etc. -, um conjunto de cidades populosas (2500 a 60000 habitantes) se dispõe a cada 40 km ao longo da rodovia (Becker, 1998:59).

Hoje o Estado de Rondônia vive as conseqüências de todas essas políticas, e ações que permearam a sua formação, problemas ambientais, sociais que refletem nos piores índices de violência e infra-estrutura do Brasil.

Políticas atuais tem sido aplicadas como forma de tentar resolver os problemas existentes. Em função desse modelo de colonização implantado, o plano diretor, os programas de regularização fundiária e o direcionamento dos recursos do PAC (Plano de Aceleração Econômico) para a construção de moradias populares, revitalização da rede de esgoto e água são alguns dos exemplos.

Muito ainda precisa ser realizado, um longo caminho precisa ser trilhado, no intuito de tentar resolver os problemas urbanos existentes, reflexo de décadas de pouco planejamento e muita exploração.

## **BIBLIOGRAFIA**

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei n. 10.257, 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana, - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BECKER, B. K. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 40/1, jan./mar. 1978.

BECKER, B. K. **AMAZÔNIA**. São Paulo: Editora Àtica, 1998. 112p.

BECKER, B. K. **Geopolítica na virada do III milênio**. São Paulo: Editora Àtica, 1998. 112p. 1998.

COSTA, W.M. DA. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. Ed. Contexto. 1997. 7<sup>o</sup> Ed. 83p. 1997.

DAVIDOVICH, F.. Escalas de Urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 40/1, jan./mar. 1978. 168p.

DAVIDOVICH, F. Tendências da Urbanização no Brasil, uma análise espacial. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 51/1, jan./mar, 124p. 1989.

HARVEY, David. **A Justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec., 291p. 1980.

IBGE. **Censo Populacional**. Rio de Janeiro. 1950

\_\_\_\_\_ **Censo Populacional**. Rio de Janeiro. 1960

\_\_\_\_\_ **Censo Populacional**. Rio de Janeiro. 1970

\_\_\_\_\_ **Censo Populacional**. Rio de Janeiro. 1980

\_\_\_\_\_ **Censo Populacional**. Rio de Janeiro. 1990

\_\_\_\_\_ **Censo Populacional**. Rio de Janeiro. 2000

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora documentos Ltda., 133p. 1968.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 178p. 2004.

PEDLOWSKI, M., DALE, V.; MATRICARDI, E. The creation of protected areas and the limits of environmental conservation in Rondônia. **Ambiente e Sociedade**., no.5, p.93-107. 1999.

SANTOS, C. **A Fronteira do Guaporé**. Porto Velho: Edufro, 212p. 2001.

SANTOS, C. **A Fronteira do Guaporé**. Porto Velho: Edufro, 202p. 2007.